



Diário Oficial Eletrônico do Legislativo Municipal

ARAGUARI - MINAS GERAIS



Araguari, 17 de dezembro de 2025

Edição 883

Pág 1

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI, ESTADO DE MINAS GERAIS, NO DIA TRINTA DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO, PARA A DEMONSTRAÇÃO, PELO PODER EXECUTIVO, DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS REFERENTES AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

A Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, em cumprimento ao disposto no § 4º, do art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, realizou audiência pública, sob a coordenação da Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, no dia trinta de outubro de dois mil e vinte e cinco - quinta-feira, às dezoito horas, na sede própria do Poder Legislativo, situada na Rua Coronel José Ferreira Alves, número 758, para a demonstração pelo Poder Executivo, do cumprimento das metas fiscais referentes ao segundo quadrimestre de dois mil e vinte e cinco. Primeiramente, o presidente da Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, Vereador Levi de Almeida Siqueira/PRD, registrou a presença dos demais membros da Comissão, Vereador Carlos Roberto Ramos Cascão/Mobiliza- vice-presidente, Vereadora Maria Cecília de Araújo/PRTB- membro, bem como do Vereador Paulo Sérgio Oliveira do Vale/PSDB, e dos seguintes representantes do Poder Executivo: Dayane Melo Alves- controladora-geral; Fernanda Coutinho- contadora-geral; da Superintendência de Água e Esgoto, o superintendente Luiz Felipe de Miranda e a contadora Raquel Rosa Domingos Ferreira; da Fundação Aragarina de Educação e Cultura, o presidente Paulo Apóstolo da Silva, o vice-presidente Wederson Donizetti Prado Machado, o diretor de Contabilidade Rúbio Nonato de Carvalho, o contador Juliano Santana Guimarães; da Fundação Municipal de Esportes e Paradesporto, o presidente André Gama Corcino, o contador Vicente de Paulo Ferreira da Silva; Thiago Rafael Dias de Faria- secretário de Fazenda; Thereza Christina Griep- secretária municipal de Saúde; Renato de Almeida- secretário de Agricultura e Abastecimento; Jonathan Lourenço- secretário municipal de Administração; Igor Faria dos Santos- secretário municipal de Logística, Licitações, Compras, Contratos e Tecnologia da Informação; Luiz Renato Siqueira Pereira- administrador da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Habitação. Dando início aos trabalhos, o Vereador Levi de Almeida Siqueira/PRD comunicou que o prefeito do Município, Renato Carvalho Fernandes, por meio dos ofícios n.s 2.437/2025 e 2.633/2025, encaminhou os relatórios resumidos de execução orçamentária e de gestão fiscal, referentes ao segundo quadrimestre de dois mil e vinte e cinco. Prosseguindo, concedeu a palavra a contadora-geral Fernanda Coutinho que discorreu sobre as receitas, despesas, limites constitucionais, a Lei de Responsabilidade Fiscal, transferências correntes, despesas com folha de pagamento e restos a pagar. Ratificou que os dados apresentados pelo Município são consolidados com a SAE, a FAMEP e a FAEC, informou que a receita estimada no total para o segundo quadrimestre do ano de dois mil e vinte e cinco foi de aproximadamente oitocentos e trinta e quatro milhões de reais e que

foi arrecadado trezentos e quarenta milhões de reais, no segundo quadrimestre, representando quarenta por cento do valor estimado total para todo o ano. Confirmou que as principais receitas próprias do Município, como impostos, taxas e contribuições, no segundo quadrimestre performaram em trinta e sete por cento do total estimado para o ano corrente. Relatou que a receita de capital estimada até trinta e um de agosto de dois mil e vinte e cinco foi de cinquenta e nove milhões de reais e foram arrecadados no segundo quadrimestre oito milhões de reais, representando treze por cento. O presidente da Comissão de Finanças, Vereador Levi de Almeida Siqueira/PRD, questionou sobre a adequação da receita estimada, que passou de novecentos e oitenta e sete milhões de reais no primeiro quadrimestre para oitocentos e trinta e quatro milhões de reais na apresentação atual. Solicitou esclarecimentos sobre quais fatores motivaram essa alteração, se decorrente apenas de anulações e suplementações orçamentárias ou de outros ajustes realizados ao longo do exercício. A contadora-geral Fernanda Coutinho esclareceu que tanto a receita quanto a despesa possuem dotações passíveis de atualização ao longo do exercício, conforme a evolução da execução orçamentária. Disse que o valor de novecentos e oitenta e sete milhões de reais, apresentado no primeiro quadrimestre, decorreu de inconsistência ou lançamento indevido no sistema, posteriormente corrigido no segundo quadrimestre de dois mil e vinte e cinco, resultando no montante de oitocentos e trinta e quatro milhões de reais. Ressaltou que o processo de retificação e correção de dados é uma ferramenta de controle permitida pelos órgãos competentes e que tais ajustes são procedimentos normais no acompanhamento das informações orçamentárias. O Vereador Levi de Almeida Siqueira/PRD, ressaltou que, ao analisar a peça orçamentária, verificou-se que houve no primeiro quadrimestre, um equívoco quanto ao valor da receita estimada, solicitando que tal informação ficasse consubstanciada em ata para fins de registro e transparência. Reforçou, ainda que, ao se tratar da peça orçamentária, é importante pontuar de forma clara a correção realizada, a fim de garantir a precisão dos dados apresentados. O Vereador Paulo Sérgio Oliveira do Vale/PSDB destacou a importância de registrar em ata que o valor da receita estimada informado possivelmente foi lançado junto ao Tribunal de Contas, ressaltando que, caso não se trate de erro, pode decorrer de alguma suplementação orçamentária aprovada pelo Legislativo. Solicitou que a situação seja verificada e devidamente atualizada junto ao Tribunal de Contas, garantindo a coerência das informações e a transparência dos dados orçamentários. A contadora da prefeitura esclareceu que o Tribunal de Contas recebeu inicialmente a informação conforme apresentada anteriormente e, agora, recebeu os dados conforme estão sendo apresentados nesta sessão. O Vereador Levi de Almeida Siqueira/PRD destacou que, como a Câmara Municipal ainda não votou e o quadro orçamentário não foi fechado, a contabilidade do Executivo ainda não realizou a suplementação de receita, ressaltando a importância de registrar essas informações nos anais da Casa para respostas

futuras. Perguntou ao secretário de Fazenda Thiago Rafael Dias de Faria sobre quais as medidas planejadas diante da baixa arrecadação do Imposto Territorial e Predial Urbano e do Imposto Sobre Serviços, buscando ações para recuperar parte da receita e manter o equilíbrio orçamentário, e solicitou dados sobre a arrecadação do IPTU no ano anterior. O secretário de Fazenda Thiago Rafael Dias de Faria explicou que, como está no segundo quadrimestre, o exercício ainda não se encerrou e a arrecadação do IPTU ainda está em andamento, o que provoca distorções nas porcentagens atuais devido à sazonalidade de alguns impostos e às transferências de receitas ao longo do ano. Explicou que a situação real da arrecadação só poderá ser verificada no terceiro quadrimestre, e que medidas como atualização cadastral e regularização de imóveis já estão sendo implementadas, o que deve gerar incremento significativo na receita corrente. O Vereador Levi de Almeida Siqueira/PRD questionou por que houve diferença na receita corrente entre o primeiro e o segundo quadrimestre, de seiscentos e dezoito milhões de reais para quinhentos e quarenta milhões e duzentos mil reais. O administrador da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Habitação, Luiz Renato Siqueira Pereira, observou que a diferença na receita corrente entre o primeiro e o segundo quadrimestre decorre das deduções do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação e de outras receitas vinculadas. Explicou que, no relatório mais recente, a transferência corrente já apresenta essas deduções, como, por exemplo, o Fundo de Participação do Município ou outras receitas orçadas, que têm deduções proporcionais previstas. Ressaltou que esse procedimento explica a redução de valores, como no caso de seiscentos e dezoito milhões de reais inicialmente registrados, sendo deduzidos aproximadamente setenta e seis milhões de reais correspondentes ao FUNDEB e a outras receitas vinculadas. A contadora-geral Fernanda Coutinho pontuou que a despesa estimada atualizada para o ano de dois mil e vinte e cinco, até trinta e um de agosto, é de novecentos e dezenove milhões de reais e ainda que a despesa total liquidada no segundo quadrimestre de dois mil e vinte e cinco foi de trezentos e vinte e quatro milhões de reais, o que representa trinta e cinco por cento do total previsto. Informou que o gasto consolidado com pessoal se manteve abaixo do limite de alerta estabelecido pela LRF, no segundo quadrimestre de dois mil e vinte e cinco, o montante gasto com pessoal foi de trezentos e noventa e quatro milhões de reais, o que corresponde a quarenta e seis vírgula zero seis por cento da receita, permanecendo, portanto, dentro dos parâmetros legais. O Vereador Levi de Almeida Siqueira/PRD destacou que o índice de despesa com pessoal está em quarenta e seis vírgula seis por cento, abaixo do limite prudencial; perguntou se o Executivo possui planejamento e estudos para acompanhar a possível queda de receita e evitar que o Município se aproxime desse limite até o final do exercício. O secretário de Fazenda Thiago Rafael Dias de Faria esclareceu que é realizado o estudo de impacto do gasto com pessoal, abrangendo não ape-

e-DOLM

EXPEDIENTE:

Presidente: Giuliano Sousa Rodrigues

Consultor Jurídico: Dr. Hamilton Flávio de Lima

Documento Eletrônico

Assinado digitalmente com
certificação ICP-Brasil.Para verificar a validade:
<https://verificador.iti.gov.br/>

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI

Rua Cel. José Ferreira Alves, 758, Centro
Araguari, Minas Gerais. (34)3249-1100www.araguari.mg.leg.br - diario@araguari.mg.leg.br



Diário Oficial Eletrônico do Legislativo Municipal

ARAGUARI - MINAS GERAIS



Araguari, 17 de dezembro de 2025

Edição 883

Pág 2

nas o exercício corrente, mas também os anos subseqüentes, com base em projeções e expectativas de receita. Comentou que há um monitoramento contínuo desses indicadores e que, caso ocorra frustração de receita, o Executivo adotará as medidas cabíveis para evitar que extrapole o limite prudencial. A contadora-geral Fernanda Coutinho apresentou o relatório da dívida consolidada referente ao período de janeiro a agosto de dois mil e vinte e cinco, informando que o percentual da dívida consolidada sobre a receita corrente líquida ajustada está em torno de dez vírgula dezesseis por cento, respeitando o limite legal de cento e vinte por cento. Disse ainda que o montante total dos restos a pagar processados e não processados é de oitenta e oito milhões de reais. Destacou que o saldo de restos a pagar processados do exercício de dois mil e vinte e quatro, em trinta e um de agosto de dois mil e vinte e cinco, é de sete milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, cento e setenta e nove reais e trinta e um centavos, valor que representa uma redução significativa em relação ao montante anterior, que era de aproximadamente quatorze milhões de reais. Complementou as informações referentes aos restos a pagar não processados do exercício de dois mil e vinte e quatro, informando que o saldo inscrito foi de trinta e quatro milhões, quatrocentos e cinquenta mil, quinhentos e quarenta e dois reais e sessenta e oito centavos. Destacou que houve cancelamento no período de um de janeiro a trinta e um de agosto de dois mil e vinte e cinco, no valor de quatrocentos e vinte e sete mil, duzentos e cinquenta e um reais e sessenta e oito centavos, e pagamentos que somaram vinte milhões, novecentos e oitenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e três centavos, resultando em um saldo de treze milhões, trinta e seis mil, seiscentos e trinta e seis reais e dezessete centavos em restos a pagar não processados na data de trinta e um de agosto de dois mil e vinte e cinco. Informou ainda que, totalizando os restos a pagar processados e não processados, o valor alcança vinte milhões, quatrocentos e setenta e um mil, oitocentos e quinze reais e quarenta e oito centavos em trinta e um de agosto de dois mil e vinte e cinco. O contador da FAMEP, Vicente de Paulo Ferreira da Silva, iniciou a apresentação da prestação de contas descrevendo relatórios das demonstrações fiscais contábeis, receita corrente líquida, despesas correntes, despesas de capital, despesas com folha de pagamento e restos a pagar. Relatou que a receita total do primeiro quadrimestre ficou em torno de seis milhões de reais, sendo os repasses do Executivo Municipal a principal fonte de arrecadação, desse montante, noventa e cinco por cento, correspondem a recursos próprios e a transferência da União, o restante é advindo de outras fontes de receitas e aplicações financeiras. Esclareceu ainda que a fundação conta com uma emenda do deputado federal José Vitor de Resende Aguiar, destinada ao custeio de atividades de apoio à Liga Aragarina de Futsal, uma das principais entidades subvencionadas pela instituição. Quanto à execução da despesa, até o momento foi informado um montante total de pouco mais de dezesseis milhões e seiscentos mil reais. Desse valor, a despesa empenhada

corresponde a doze milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e vinte e sete reais e vinte e seis centavos, o que representa sessenta e seis vírgula oito por cento da dotação atualizada. Relatou que, desse percentual, setenta e sete vírgula um por cento referem-se às despesas correntes e sessenta e quatro por cento às despesas de capital. Informou que as emendas impositivas destinadas à FAMEP totalizaram dois milhões, duzentos e dezessete mil, novecentos e vinte e três reais e oitenta e dois centavos distribuídos em cinquenta e sete emendas destinadas a dez entidades. Explicou que durante a execução, duzentos e noventa e cinco mil reais apresentaram impedimentos técnicos inicialmente, sendo redistribuídos, restando apenas vinte e cinco mil reais ainda pendentes. No total, sessenta vírgula três por cento dos recursos foram empenhados e trinta e um vírgula quatro por cento foram pagos, cerca de seis vírgula um por cento ainda dependem de apresentação de plano de trabalho e vinte e cinco mil reais permanecem com impedimento técnico, faltando aproximadamente um por cento para conclusão da execução das emendas impositivas. Apresentou a execução dos restos a pagar dos exercícios de dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e quatro, do total de dois milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, quinhentos e dezessete reais inscritos em dois mil e vinte e três, entre processados e não processados, noventa e nove vírgula quatro por cento já foram quitados. Quanto ao exercício de dois mil e vinte e quatro, foram inscritos dois milhões, oitocentos e dezoito mil reais, dos quais dois milhões e seiscentos mil reais estão disponíveis para pagamento, sendo noventa e cinco por cento referentes a restos a pagar processados e quatro vírgula sete por cento restos a pagar não processados. No primeiro quadrimestre de dois mil e vinte e cinco, foram pagos um milhão, seiscentos e setenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e sessenta e oito centavos em restos a pagar processados e sessenta e três mil, cento e quarenta reais e sessenta centavos em restos a pagar não processados. Após esses pagamentos, ainda restam um milhão e setenta e nove mil reais a serem quitados, sendo um milhão e nove mil reais de restos a pagar processados e sessenta e nove mil reais de restos a pagar não processados. No segundo quadrimestre, foram pagos um milhão, novecentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e quarenta e um reais e oitenta centavos, permanecendo pendentes, setecentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e trinta e oito reais e quarenta e três centavos. A contadora da SAE, Raquel Rosa Domingos, iniciou a apresentação da prestação de contas descrevendo os relatórios de gestão fiscal das metas quadrimestrais de arrecadação, receita corrente líquida, despesas continuadas, os gastos com folha de pagamento, a disponibilidade financeira e restos a pagar. Relatou que a meta de arrecadação para o quadrimestre era de quinze milhões e duzentos mil reais, no entanto, foram arrecadados quatorze milhões, novecentos mil reais, representando uma diferença de um vírgula trinta e nove por cento a menos do que o previsto. Comentou que noventa e dois por cento da receita líquida da autarquia provém das tarifas de água e esgoto. O total das despesas no segun-

do quadrimestre de dois mil e vinte e cinco atingiu doze milhões, novecentos mil, um total de oitenta e cinco ponto noventa e cinco por cento da receita arrecadada. As despesas com pessoal totalizaram quatro milhões e quatrocentos mil reais, correspondendo a vinte e nove vírgula oitenta e três por cento da receita corrente líquida, ficando dentro do limite de alerta permitido pela LRF. Relatou que existem restos a pagar de dois mil e vinte e três de aproximadamente quatrocentos e oitenta mil reais, em dois mil e vinte e quatro permanece um saldo de cento e noventa e quatro mil, seiscentos e quatorze reais e quatorze centavos, totalizando seiscentos e setenta e quatro mil, quinhentos e trinta e sete reais e oitenta e seis centavos. Relatou também a publicação de edital destinado a comunicar fornecedores de restos a pagar de dois mil e vinte e três que não puderam ser quitados por falta de documentos ou pendências judiciais. O diretor da Contabilidade da FAEC, Rúbio Nonato de Carvalho, apresentou relatórios das demonstrações contábeis, receitas, despesas com folha de pagamento e restos a pagar. Comunicou que a principal fonte de arrecadação da Fundação são os repasses do Executivo Municipal, além dos rendimentos das contas correntes da fundação e outras receitas, totalizando no segundo quadrimestre aproximadamente quatro milhões e quinhentos mil reais, nas despesas realizadas foram gastas aproximadamente cinco milhões, seiscentos e trinta e oito mil, setecentos e trinta reais e trinta e um centavos, o que corresponde a vinte e nove por cento do total da despesa orçada anual no segundo quadrimestre. Comunicou também que a despesa total com pessoal no segundo quadrimestre foi cerca de setecentos e trinta e cinco mil e setecentos reais. O presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas Vereador Levi de Almeida Siqueira/PRD questionou considerando que parte da dívida de restos a pagar da FAEC já foi quitada, mas ainda permanece um montante significativo, em torno de dois milhões de reais, especialmente diante do alto custo com pessoal que limita a capacidade de amortização, quais medidas a gestão tem adotado para reduzir esse saldo, incluindo a obtenção de recursos adicionais por meio de convênios ou outras fontes, além dos repasses da prefeitura, a fim de melhorar a sustentabilidade financeira da FAEC. O presidente da FAEC, Paulo Apóstolo da Silva, destacou as dificuldades financeiras do Município e o esforço da FAEC para manter suas atividades e que a maior parte dos recursos vem da Prefeitura Municipal, mas que outras fontes têm sido utilizadas para aliviar a receita municipal como medidas de contenção iniciadas na gestão anterior e mantidas na atual, como suspensão de gratificações, redução de horas extras, limite de combustível, revisão de contratos e renegociação de aluguéis. Apesar da escassez de recursos, parcerias com entidades têm permitido a continuidade de eventos e ações culturais. Relatou também que, nos últimos oito meses, a gestão conseguiu quitar parte dos restos a pagar assumidos, reforçando o compromisso com a responsabilidade financeira. Concluídos os debates e as explanações, e nada mais havendo a tratar, o presidente da Comissão Permanente de Fi-

EXPEDIENTE:

Presidente: Giuliano Sousa Rodrigues

Consultor Jurídico: Dr. Hamilton Flávio de Lima

Documento EletrônicoAssinado digitalmente com
certificação ICP-Brasil.Para verificar a validade:
<https://verificador.iti.gov.br/>**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI**Rua Cel. José Ferreira Alves, 758, Centro
Araguari, Minas Gerais. (34)3249-1100www.araguari.mg.leg.br - diario@araguari.mg.leg.br



Diário Oficial Eletrônico do Legislativo Municipal

ARAGUARI - MINAS GERAIS



Araguari, 17 de dezembro de 2025

Edição 883

Pág 3

nanças, Orçamento e Tomada de Contas, Vereador Levi de Almeida Siqueira/PRD, declarou encerrada a audiência pública, da qual foi lavrada a presente ata. Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, em 30 de outubro de 2025. - Vereador Levi de Almeida Siqueira/PRD- presidente da Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas; - Vereador Carlos Roberto Ramos Cascão/Mobiliza- vice-presidente; - Vereadora Maria Cecília de Araújo/PRTB- membro.

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI, ESTADO DE MINAS GERAIS, NO DIA TRINTA E UM DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO, PARA A APRESENTAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO DA SAÚDE DO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

A Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, em cumprimento ao disposto no § 5º, do art. 36, da Lei Complementar Federal n. 141, de 13 de janeiro de 2012, realizou audiência pública no dia trinta e um de outubro de dois mil e vinte e cinco - sexta-feira, às quinze horas, na sede própria do Poder Legislativo, situada na Rua Coronel José Ferreira Alves, número 758, sob a coordenação da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, para a apresentação, pelo órgão gestor no Município do Sistema Único de Saúde - SUS, dos relatórios de gestão da saúde do segundo quadrimestre de dois mil e vinte e cinco, enviados pelo prefeito por meio do ofício n. 2.434/2025. Dando início aos trabalhos, a presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, Vereadora Débora de Sousa Dau/Republicanos, registrou a presença dos Vereadores Carlos Roberto Ramos Cascão/Mobiliza, Maria Cecília de Araújo/PRTB Paulo Sérgio Oliveira do Vale/PSDB, bem como dos seguintes representantes do Poder Executivo: Thereza Christina Griep- secretária municipal de Saúde; Fernanda Vaz Alves- gerente de Recursos Financeiros da Saúde; Clyver Quireza Muradas- Departamento de Planejamento; João Victor Silva Nogueira- subsecretário municipal de Saúde; Marislene Pulsena da Cunha Nunes- coordenadora de Atenção Primária; Virgínia Nunes de Urzêdo- coordenadora do Setor de Zoonoses; Cleybison Fernando Pires- gerente de Administração e Planejamento da Saúde; Dayane Melo Alvez- controladora-geral do Município; Fernanda Coutinho Germano- controladora-geral; Denise Máximo Gonçalves- coordenadora da Central de Regulação. Dando início aos trabalhos, a presidente da Comissão de Saúde Vereadora Débora de Sousa Dau/Republicanos concedeu a palavra a controladora-geral Fernanda Vaz Alves, que discorreu sobre os recursos recebidos, demonstrativos financeiros, receitas, despesas, transferências e restos a pagar dentro da secretaria no segundo quadrimestre de dois mil e vinte e cinco. Informou que a previsão orçamentária total de janeiro a trinta e um de agosto de dois mil e vinte e cinco foi de aproximadamente quinhentos e vinte e quatro milhões de reais, tendo sido arrecadados trezentos milhões e quinhentos mil reais, o que corresponde a cinquenta e sete ponto trinta e três por cento do valor previsto. Discorreu também que o Fundo Municipal de Saúde é composto por recursos oriundos dos governos federal e estadual, que che-

gam por meio de portarias e resoluções, além de indicações parlamentares e pelo cumprimento de metas e índices esses recursos necessitam de prestação de contas, que é realizada no sistema da União e do Governo do Estado. Relatou que o limite de gastos com pessoal consolidado permaneceu abaixo do limite de alerta estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal performando um valor aproximado de sessenta e oito milhões quatrocentos e quarenta e dois mil reais. Destacou que a maior parte da folha de pagamento foi financiada com recursos próprios do Município, totalizando cinquenta e seis milhões de reais, o valor restante foi complementado com recursos do governo Federal, no montante de sete milhões e quinhentos mil reais, e com recursos do governo Estadual, no valor de três milhões cento e noventa e oito mil reais. Em relação aos restos a pagar de exercícios anteriores informou que os restos a pagar processados totalizam dezenove milhões de reais, enquanto os restos a pagar não processados somam quinze milhões de reais, perfazendo um total inscrito de trinta e cinco milhões de reais. Relatou que, desse montante, já foram pagos vinte e sete milhões, cento e trinta e seis mil, trezentos e noventa reais e setenta e cinco centavos. Muitos desses valores decorrem de convênios federais e estaduais firmados em anos anteriores, cujas despesas seguem inscritas até a conclusão das obras ou entrega dos materiais e bens permanentes. A secretária de Saúde Thereza Christina Griep apresentou o balanço do segundo quadrimestre, destacando crescimento do Fundo Municipal e ampliação dos serviços oferecidos. Explicou que houve posse de novos profissionais, suprimindo especialidades antes carentes como psiquiatria, neurologia e angiologia. Pontuou que a Policlínica, apesar de remodelada, já demanda futura ampliação. Na UPA- Unidade de Pronto Atendimento foi implantada o fast track e o serviço de odontologia em horários estendidos, resultando em melhor atendimento e redução de reclamações. A cobertura vacinal atingiu noventa e cinco por cento, e foram realizadas ações ampliadas na odontologia, como as campanhas "Sorriso de Estrela" e "Renovando Sorrisos", com início da instalação de próteses. Foram implantadas farmácias descentralizadas, aumentando o acesso a medicamentos, e o vacimóvel tem apoiado ações extramuros. O Município iniciou a utilização do Implanon antes da política federal, ampliando o atendimento às mulheres. O Centro de Atenção Psicossocial passou a fornecer medicamentos de alto custo para pacientes neurodivergentes e foi implantado o Centro de Referência do Idoso em Saúde Mental. Relatou que houve redução significativa da mortalidade, com cento e dois óbitos evitados em dois mil e vinte e quatro. Foram destacadas emendas parlamentares que permitiram avanços, como a redução da espera por ressonâncias de um ano para seis meses. Explicou que Araguari tornou-se destaque regional, sendo o sétimo município em cirurgias do aparelho gastrointestinal e o sexto em ortopedia. Informou que o novo imóvel da Farmácia Municipal e setores correlatos estão em obras, com mudança prevista para o dia dezoenove. afirmou que o Município atingiu quase todos os indicadores da atenção primária, exceto o de atividade

física e que estão previstos investimentos de cerca de seiscentos mil reais em infraestrutura de informática e a contratação de software para aprimorar o uso de indicadores e que foi solicitado credenciamento de cinco novos leitos psiquiátricos e a ampliação das ações do CAPS adulto. O representante do Partido dos Trabalhadores, Aurívio Lúcio Veiga, solicitou informações sobre o valor atual dos restos a pagar de dois mil e vinte e cinco da Secretaria de Saúde junto aos fornecedores. A controladora-geral Fernanda Vaz Alves apresentou a situação dos restos a pagar dos exercícios anteriores desde dois mil e vinte e dois a dois mil e vinte e quatro, explicou que somando o montante equivale a trinta e cinco milhões de reais, sendo dezoenove milhões referentes a restos a pagar processados e quinze milhões a restos a pagar não processados. Informou que, desse total, vinte e sete milhões de reais já foram pagos. Esclareceu que em relação ao exercício de dois mil e vinte e cinco, não existem restos a pagar até o momento e que, considerando a receita atual do Fundo Municipal de Saúde, não há dívidas com fornecedores de recursos municipais, exceto oito milhões de reais referentes a obras empenhadas, cujo pagamento será realizado após a execução dos serviços. O Vereador Paulo Sérgio Oliveira do Vale/PSDB solicitou esclarecimento sobre o valor atualizado da dívida da Saúde junto a Santa Casa de Misericórdia, o Hospital Universitário Sagrada Família e o Hospital Padre Júlio César Siqueira, considerando que os pagamentos mensais, em torno de quinhentos mil reais, já vêm sendo realizados. Fernanda Vaz Alves falou que relativo ao Hospital Padre Júlio César Siqueira existe duas faturas em aberto, totalizando dois milhões e quatorze mil reais, sendo que, com a chegada da nova portaria, uma dessas faturas será quitada até segunda ou terça-feira; o Hospital Universitário Sagrada Família apresenta uma dívida de aproximadamente dois milhões e trezentos mil reais e a Santa Casa de Misericórdia tem dívida de aproximadamente um milhão e novecentos mil reais. Esclareceu que esses valores seriam referentes à contrapartida municipal, incluindo complementações de cirurgias, procedimentos e unidades de terapia intensiva. Ilustrou que grande parte das emendas impositivas destinada ao Hospital Universitário Sagrada Família ainda não havia sido executada devido à chegada de portarias federais e estaduais vinculadas aos mesmos serviços, as quais possuem prazo obrigatório de execução. Dessa forma, os recursos federais e estaduais foram priorizados, permitindo que algumas filas, como as de cirurgias bariátricas, fossem zeradas com recursos vinculados do Sistema Único de Saúde. Ressaltou que, em função deste procedimento, alguns empenhos de emendas impositivas podem permanecer sem liquidação, embora os serviços tenham sido efetivamente realizados. Concluídos os debates e as explanações, e nada mais havendo a tratar, a presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, Vereadora Débora de Sousa Dau/Republicanos, declarou encerrada a audiência pública, da qual foi lavrada a presente ata. Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, em 31 de outubro de 2025. - Vereador Débora de Sousa Dau/Republicanos- presidente.

EXPEDIENTE:

Presidente: Giuliano Sousa Rodrigues

Consultor Jurídico: Dr. Hamilton Flávio de Lima

Documento Eletrônico

Assinado digitalmente com
certificação ICP-Brasil.
Para verificar a validade:
<https://verificador.iti.gov.br/>



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI

Rua Cel. José Ferreira Alves, 758, Centro
Araguari, Minas Gerais. (34)3249-1100

www.araguari.mg.leg.br - diario@araguari.mg.leg.br